



Conselho Local de Acção Social

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE
GRÂNDOLA**

2002 - 2007

AVALIAÇÃO - RELATÓRIO FINAL

NOVEMBRO DE 2007

NÚCLEO EXECUTIVO

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 3 |
| 1. Nota metodológica | 4 |
| 2. Principais conclusões | 5 |
| 3.Eixos de intervenção | 8 |
| 3.1 - Eixo A - Integração Territorial | 9 |
| 3.2 - Eixo B - Qualificação da Pessoas e das Organizações | 16 |
| 3.3 - Eixo C - Aumento e Melhoria do Recursos e Equipamentos de Apoio Social..... | 25 |
| Nota Final | 31 |
| | |
| Anexos | 32 |

Introdução

O documento que se apresenta constitui o relatório final de avaliação do PDS de Grândola e pretende expor, de forma concisa, uma avaliação dos resultados das diversas acções do plano, postas em prática. Tem-se por objectivo, identificar não só os aspectos positivos da implementação do Plano, como também reconhecer os aspectos negativos, de modo a sugerir algumas orientações para o futuro, em termos de concretização (ou melhoramentos na implementação) de novos projectos.

Pretende-se, por outro lado, fazer uma avaliação introspectiva relativamente aos projectos levados a cabo pelas diversas entidades intervenientes, assim como identificar, de forma breve, alguns dos condicionalismos que abrandaram/inviabilizaram o cumprimento integral dos projectos propostos no PDS 2002-2007.

Numa curta nota introdutória, pode dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Social 2002-2007 constitui, no seu âmago, um instrumento de planeamento através do qual se pretende equacionar as novas perspectivas de crescimento abertas para Grândola e transformá-las “em oportunidades de um desenvolvimento equilibrado e equitário para todos os grandolenses (...), num esforço de tornar a sociedade local economicamente activa, socialmente justa e ambientalmente sustentável”¹.

Teoricamente, o recurso a um processo de planeamento tem subjacente a intenção de mudar os acontecimentos futuros de um modo racional, minimizando os custos e maximizando os benefícios, o que pressupõe a definição de objectivos, o acompanhamento e estudo sistemático das condições socio-económicas que se vão modificando, para que se implementem atempadamente medidas adequadas. O mesmo é dizer que, para que o planeamento se consubstancie como um instrumento de mudanças sociais “é necessário conjugar a análise e previsão com uma estratégia de intervenção convenientemente adequadas ao campo de estudo”², a que acresce uma tarefa de **avaliação crítica** que possibilita que o próprio processo de

¹ SOUSA, Vanessa (coord.) (2002), *Diagnóstico e Plano de Desenvolvimento Social 2002-2007, Relatório Final*, Grândola, INESLA, p. 13

² CHAINHO, António G. (1997), *Em procura de um projecto de desenvolvimento local*, Grândola, Edição CMG / CCAM, p.51

planeamento se avalie a si mesmo. Trata-se da «fase de monitorização», complementar à fase de implementação dos planos, que se traduz numa atitude de contínua observação e análise sistemática, surgindo normalmente associada à retroacção de informação sobre o processo de planeamento, e que pressupõe uma "explícita vontade e capacidade de intervir para corrigir"³, à qual está subjacente uma filosofia de planeamento contínuo.

Todos estes factores teóricos são, de facto, considerados na forma de actuação sugerida no Plano de Desenvolvimento Social (PDS), para a monitorização do processo de concretização do plano e do desenvolvimento da Rede de Social, considerando-se, por outro lado, de maior importância a avaliação do percurso da rede.

Entretanto - e essa é uma conclusão a alvitar neste relatório -, inibições de cariz vários não permitiram a formação de todas as formas organizativas propostas no Modelo Organizacional para Implementação e Monitorização do PDS. Tal comprometeu, entre outras, a constituição de uma comissão técnica, responsável, nomeadamente, pela avaliação do percurso da rede e dos seus Planos de Acção.

Portanto, na elaboração empenhada deste relatório, tem-se presente as limitações que o distanciam duma concepção teoricamente idealizada, mas pretende-se contudo, uma apresentação séria das apreciações feitas pelos diversos parceiros intervenientes na Rede, compilada numa avaliação que apresente, de forma honesta, os resultados alcançados.

1. Nota Metodológica

O parágrafo anterior remete, necessariamente, para a explanação da metodologia utilizada, realçando-se, desde logo, o cariz qualitativo deste relatório.

De facto, muito embora no PDS sejam sugeridos diversos indicadores de impacte e monitorização, que permitiriam a concepção duma avaliação quantitativa da implementação dos projectos, a mesma não foi possível concretizar. Remeteu-se, por isso, para uma avaliação que se socorre duma percepção do fenómeno em estudo, essencialmente concluída a partir do cômputo feito pelas próprias entidades implicadas nas diversas acções.

³ FERREIRA, José A.; SILVA, Jorge B. (1994), "A Monitorização dos Planos Directores Municipais", VII Jornadas da SPU, (texto poli copiado), p. 4-5

Assim, a metodologia assenta basicamente na recolha de informação obtida junto dos parceiros - em fóruns, entrevistas/consultas com os responsáveis dos serviços -, compiladas em grelhas de avaliação que pretendem identificar os constrangimentos, os aspectos positivos e os resultados esperados e obtidos de cada um dos projectos.

Finalmente, da estrutura deste documento fazem parte:

- A **Introdução** - onde se apresentam os objectivos definidos para o relatório, e se explana um breve enquadramento teórico, subjacente à necessidade de avaliação;
- Uma **Nota Metodológica** - explicativa dos procedimentos através dos quais se obteve a informação e também a apresentação da estrutura do documento;
- As **Principais Conclusões** - que, forma pouco ortodoxa, são colocadas neste ponto do relatório, por opção consciente, com o objectivo de “prender” desde o início a atenção do leitor, e incentivá-lo a uma leitura mais completa do documento;
- Os **Eixos de Intervenção** - cuja apresentação se divide em três grupos (Eixos A, B e C), incluindo-se na exposição de cada Eixo a identificação dos sub-objectivos e respectivos projectos. Faz-se, para cada Eixo, uma leitura dos diversos aspectos que resultam da implementação dos projectos, assim como uma identificação dos condicionalismos que limitaram ou impediram totalmente a prossecução de outros. Faz-se também uma apresentação esquematizada desses resultados em quadros, individualizados por eixos e por projectos, procurando uma agregação gráfica da informação que facilite a interpretação do leitor;
- Uma **Nota Final** - em que, em jeito de remate, se sintetiza a importância do cariz integrado de intervenção, levado a cabo no âmbito da conjugação dos diversos eixos;
- Por último os **Anexos** - em que se reúnem alguns documentos, considerados complementares à informação exposta.

2. Principais conclusões

As principais conclusões apresentam-se agrupadas segundo duas vertentes de análise, a saber:

A - Avaliação da organização/funcionamento da estrutura para a implementação do PDS;

B - Avaliação dos resultados dos projectos inscritos no PDS.

Relativamente à primeira vertente de análise, conclui-se:

a) O Modelo Organizacional para a Implementação e Monitorização do PDS, não chegou a constituir-se na íntegra.

Numa primeira fase foram realizadas reuniões alargadas por eixos de intervenção, com as entidades a envolver nos vários projectos. Contudo, apenas vieram a constituir-se como grupos de projecto, aqueles em que se previa ou estava eminente a possibilidade de execução, pela abertura de candidaturas a programas de financiamento.

A Comissão de Gestão do Plano composta por representantes das entidades promotoras dos projectos, coadjuvada pelo Núcleo Executivo, pelo Plenário alargado (CLAS) e grupos de projecto foi constituída e funcionou sobretudo ao nível das propostas de parecer a emitir pelo CLAS sobre candidaturas a diferentes programas de financiamento, procurando também dinamizar os grupos de projecto constituídos.

Dado que as entidades e respectivos representantes são em número reduzido e, não raras vezes, os representantes são os mesmos, a actuação do Núcleo Executivo não teve expressão e diluiu-se, de certa forma, na Comissão de Gestão do Plano.

O Conselho Económico e Social do Concelho, estrutura que estava contemplada enquanto projecto, não chegou a constituir-se, uma vez que foi criado o Conselho Consultivo Municipal. Não houve contudo articulação entre este e o CLAS que de forma activa resultasse na convergência das finalidades a que ambos se proponham.

A Comissão Técnica de Apoio, Monitorização e Avaliação, não foi criada. Para além da dificuldade de afectação dos técnicos das entidades que integram o CLAS, a mais uma estrutura, o recurso a peritos externos não se mostrou viável, até pelas implicações financeiras que tal contratação envolveria;

b) O Plano de Desenvolvimento Social - PDS - não é ainda suficientemente assumido enquanto instrumento de planeamento, não se verificando articulação entre este e os planos de actividades de parte significativa das entidades parceiras do CLAS.

Decorre desta constatação que os resultados obtidos são fruto sobretudo da execução dos planos de actividades das diferentes entidades;

Relativamente à segunda vertente de análise, conclui-se:

a) A grande maioria dos projectos inscritos em PDS, em resultado, naturalmente, do diagnóstico social, implicam investimento de vulto significativo, fazendo depender a sua implementação da abertura de candidaturas a programas de financiamento diversos que, não raras vezes, se revelaram inconsequentes, por razões que se prendem com a falta de enquadramento ou, apesar do enquadramento, não haver dotação financeira por parte dos gabinetes de gestão desses mesmos programas;

b) Na globalidade a implementação do PDS e os resultados obtidos podem ser considerados satisfatórios (apesar das dificuldades, foram concretizadas acções importantes para o desenvolvimento do concelho). A título de exemplo destacamos, no eixo A, os *projecto A.1.1 - Estradas com qualidade*, e o *projecto A.2.1 - À Descoberta do Concelho* (em particular o Museu Mineiro do Lousal). No eixo B, o *projecto B.2.1 - Formação e Inserção*, onde se incluem o Plano Integrado de Formação de Grândola (PIFGRA) e o *projecto 'Grândola em Rede para a Inserção'*. No eixo C - *Projecto C.1.2 - Novos Serviços de protecção Social*, em particular a aprovação da candidatura ao PARES para construção do Lar Residencial para Deficientes da Gercigrândola; a criação de Centros Comunitários, pela Câmara Municipal, em Cadoços, Canal Caveira e em Sta Margarida da Serra (neste último caso para instalação das valências de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário da Associação 'A Flor da Serra').

3. Eixos de Intervenção



3.1 - Eixo A - Integração Territorial

A inscrição deste eixo de intervenção, resultou da constatação de que, além de todas as questões que possam ser levantadas sobre o conceito de 'social', não é possível pensar a intervenção num território sem uma visão integrada (enfoque sistémico).

Pese embora o Programa da Rede Social, na sua formulação, pretenda promover a adopção de processos de planeamento estratégico de âmbito concelhio e esteja vocacionado para a implementação de formas de intervenção integradas com incidência territorial que constituam contributos para o desenvolvimento local, está particularmente centrado na luta contra a pobreza e a exclusão social. Ora os problemas são multidimensionais e não se restringem ao social, na noção que tradicionalmente temos dele, daí que se tenha procurado uma visão multi-actuante que pudesse intervir sobre a parte visível destes fenómenos mas também prevenir situações futuras e que estão na origem da sua emergência.

As dificuldades de mobilidade intra-concelhia - ao nível das condições da rede viária e da rede de transportes - afectam as populações e têm repercussões a vários níveis, uma vez que geram condições de acesso diferenciadas aos serviços, equipamentos e demais recursos, com reflexos claros no nível de qualidade de vida das populações.

Estas condicionantes, que penalizam as populações que residem em áreas mais periféricas do concelho, podem ser agravadas com a concentração de grandes empreendimentos turísticos no litoral do concelho, acentuando mais ainda a polarização litoral - interior. Daí a necessidade de contrariar esse 'risco' também pela valorização do potencial turístico do concelho, promovendo a construção de uma imagem identitária que não se resuma ao litoral e ao Verão.

A actuação sobre a **mobilidade** e a **identidade**, foram considerados então factores fundamentais para o Eixo - Integração territorial - a que se fizeram corresponder dois sub-objectivos e três projectos:

Sub-objectivo - A.1. Melhorar as acessibilidades intra-concelhias

Projecto: A.1.1. Estradas com Qualidade

Projecto: A.1.2. Transportes de Qualidade

Sub-objectivo - A.2. Promover a valorização do património cultural e edificado

Projecto: A.2.1. À Descoberta do Concelho

De acordo com a informação constante dos quadros A1, A2 e A3, este terá sido o Eixo cuja execução decorreu essencialmente dos planos de actividades dos serviços da Câmara Municipal e com menor participação ao nível do CLAS. Não obstante esse facto, há aspectos positivos a considerar, nomeadamente no projecto A.2.1 tendo em conta o esforço desenvolvido no sentido de obter financiamento para a sua implementação, e no projecto A.1.1 onde é visível também o esforço do município na requalificação de algumas redes viárias. Para além das intervenções que promovem as ligações intra-concelhias a cargo do Município, devem ser tidas em consideração outras intervenções da responsabilidade do poder central, através das Estradas de Portugal, nomeadamente: EN 261 (servindo as populações do Carvalhal, Pinheiro da Cruz e Melides) e o IC 33 (servindo, em particular, a população de Melides).

Não menos relevante é o esforço do Município no sentido de criar parcerias junto dos promotores de empreendimentos de maior vulto, obtendo como contrapartidas a execução de algumas vias, nomeadamente: Alameda entre o Bairro da Esperança e o Bairro da Liberdade; Circular variante do Carvalhal para acesso às praias.

Por outro lado, relativamente ao projecto A.1.2 identificaram-se obstáculos de natureza diversa, nomeadamente a inviabilidade da implementação do estudo existente para os transportes públicos urbanos e locais de Grândola. O Município apostou na reformulação desse mesmo estudo, procurando soluções economicamente viáveis, numa primeira fase para os bairros periféricos. Paralelamente, está a ser equacionada a possibilidade de concretização de um contrato de prestação de serviços entre a Rodoviária e outros operadores, e a CMG, no que respeita à ligação aos bairros periféricos.

Numa fase posterior haverá, eventualmente, o seu alargamento às freguesias.

Efectivamente a implementação dos projectos deste Eixo competia sobretudo à Câmara Municipal e a entidades externas ao CLAS, em particular, institutos públicos e empresas. Apenas o projecto A.2.1 poderia envolver ainda algumas entidades que integrassem o CLAS.

Relativamente a este projecto, uma vez mais as acções levadas a cabo resultam do exercício normal dos respectivos serviços. De destacar o esforço no sentido de se conseguir financiamento para a criação do Centro de Interpretação do património natural e cultural de Grândola, cujo programa prévio foi apresentado ao Gabinete de Gestão do Plano Operacional de Cultura. Foi reconhecido o interesse do projecto,

mas não foi possível o seu enquadramento no âmbito do POC Alentejo. Em complementaridade ao Centro de Interpretação foi feita candidatura, também ao POC Alentejo, de um Projecto para criação do Portal do Património Cultural ‘Grândolacultura’ (inventariação e digitalização do património histórico e cultural, constituída numa base de dados georeferenciada, criação de conteúdos multimédia, roteiros culturais etc.) que não veio a ser aprovada.

O Centro de Interpretação integrou também a candidatura ao programa PITER II (candidatura com vários projectos complementares) que não veio a ter continuidade.

O Museu Mineiro do Lousal assume neste eixo, particular relevância pelo claro contributo para os objectivos do projecto ‘Á Descoberta do Concelho’. Efectivamente, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Integrado e de Redinamização do Lousal, da responsabilidade da Fundação Frederic Velge (integra a SAPEC e o Município de Grândola), e com recurso a fundos comunitários, foi possível desenvolver o ‘Projecto de Musealização da Mina do Lousal’ que contou, na sua vertente cultural, com a colaboração da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Trata-se de um projecto de desenvolvimento integrado que inclui a criação de infraestruturas turísticas (hotelaria, espaços de lazer, campismo, turismo rural, restaurantes), de formação de profissional, criação de micro-empresas e de equipamentos culturais. A implementação tem sido faseada, encontrando-se algumas destas infraestruturas em funcionamento. Este projecto reúne todas as potencialidades para se tornar um pólo de dinamização nas vertentes cultural, científica e pedagógica.

Se por um lado as dificuldades de ordem financeira podem condicionar os resultados alcançados, há também que reconhecer algumas fragilidades que se situam ao nível de hábitos e ritmos de trabalho instalados nas entidades/organizações que muitas vezes desenvolvem a sua acção com esforço e empenho, mas sem conseguir estabelecer as pontes internas e externas necessárias à articulação entre os vários serviços da organização, e à cooperação com os demais parceiros.

Assim e de forma resumida, deveremos ter em conta nas dificuldades identificadas factores diferenciados: *i)* de ordem financeira, *ii)* de cultura organizacional, na medida em que os resultados obtidos decorrem dos planos de actividades dos serviços sem articulação com os projectos do PDS (não terá havido um trabalho prévio suficiente para o reconhecimento do PDS enquanto instrumento de planeamento); *iii)* inexistência de uma liderança forte na implementação destes projectos, que

permitisse também a sua monitorização e retorno de informação ao CLAS, o que permitiu um ‘arrastamento’ dos projectos sem discussão/debate no seio do Conselho (excepção para o projecto A.2.1. À descoberta do concelho, que numa fase inicial e de preparação da candidatura ao Programa PITER II e ao POC Alentejo).

EIXO A - INTEGRAÇÃO TERRITORIAL

Quadro A 1

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|--|---|--|
| <p>A.1.1 - Estradas com Qualidade</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Diminuir o tempo de deslocação entre os lugares e as sedes de freguesia/concelho - Aumentar a mobilidade intra-concelhia | <ul style="list-style-type: none"> - Ligação de estradas intra-concelhias (prolongamentos das estradas já existentes como forma de expansão da rede viária) <p>Executado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Tratamento Marginal da EM 543 NA Aldeia da Justa (estrada de acesso a povoação) ✓ Pavimentação do Caminho das Amoreiras ✓ CM-1083 (Aldeia do Futuro - Milharadas) - Pavimentação ✓ Variante de Ligação - Rotunda da Aldeia do Futuro/Quinta Velha - EM 543/ZIL ✓ Reparação da EM - 543 (Cruzamento Cadoços-Água Derramada) ✓ Troço de ligação de Melides e Vale Figueira - Cai logo <ul style="list-style-type: none"> - A não execução de parte das acções têm que ver com as prioridades estabelecidas pelos executivos camarários e obviamente constrangimentos de ordem financeira. - O município inscreve em plano de actividades na conservação das redes viárias. A sua execução resulta da ponderação entre a disponibilidade financeira e a necessidade de intervenção. |

Quadro A2

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|-----------------------------------|---|---|
| A.1.2 - Transportes com Qualidade | <ul style="list-style-type: none">- Aumentar as deslocações diárias intra-concelhias pela promoção de novas alternativas de transporte - Aumentar a mobilidade intra-concelhia | <ul style="list-style-type: none">- Existia o “Estudo de Transportes Públicos Urbanos e Locais de Grândola” (2001). <p>Estudo não implementado devido a entraves de ordem financeira e dificuldades na criação de estruturas, tais como a concretização de ciclo-vias e aquisição de material circulante.</p> <ul style="list-style-type: none">- Presentemente assiste-se a uma reformulação do estudo, agora designado por - Projecto Mobilidade Sustentável’ elaborado pelo Instituto Superior Técnico (unidade de investigação IDMEC - Instituto de Engenharia Mecânica - equipa DTEA - Transportes, Energia e Ambiente, assente em duas vertentes: <ul style="list-style-type: none">✓ Transportes Públicos✓ Mobilidade Sustentável <p>Procura-se uma solução economicamente viável, com o objectivo de dar resposta aos troços: Aldeia do Pico, Aldeia da Justa, Cadoços, Bairro da Liberdade. Pretende-se, gradualmente, chegar às freguesias</p> |

Quadro A3

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|--|---|--|
| <p>A.2 1 - À Descoberta do Concelho</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Contrariar as tendências de polarização do turismo no Litoral atraindo novos públicos para todo o concelho - Contribuir para a criação de uma identidade assente nas potencialidades do património existente | <ul style="list-style-type: none"> - A inventariação do património histórico do concelho (cultural, natural, simbólico e edificado) executada. No entanto não está a ser potencializada para objectivos práticos e de valorização do património; - Executada a recuperação valorização das estações arqueológicas; <ul style="list-style-type: none"> - Classificação de imóveis de interesse municipal e/ou público - Roteiros turísticos: apenas estão implementados e são regularmente organizados Passeios Pedestres/BTT no âmbito da Divisão do Desporto com uma componente mais lúdica ou desportiva e não tanto cultural; - Os percursos turísticos não foram implementados uma vez que não estão reunidas todas as condições de valorização do património a incluir nestes roteiros; - A criação de um Centro de Interpretação do património natural e cultural de Grândola, acção de maior relevância no âmbito deste projecto, a instalar no Edifício dos antigos Paços do Concelho na praça D. Jorge; - Foram apresentadas duas candidaturas de projecto sem quaisquer resultados: <ul style="list-style-type: none"> ✓ POC (Plano Operacional de Cultura) incluindo também a "Criação do Portal do Património Cultural" - s/ enquadramento ✓ PITER II - sem continuidade (refira-se que se tratou de uma candidatura que integrava vários projectos complementares) - Projecto de Musealização da Mina do Lousal - projecto cuja implementação é faseada, com parte das infraestruturas previstas, já em funcionamento. |

3.2 - Eixo B - Qualificação das Pessoas e das Organizações

Este eixo tem por sustentação o facto de se ter considerado e reconhecido que os recursos humanos, as pessoas e as organizações são a base de qualquer território.

A actuação pretendida incidiu sobre as seguintes dimensões: aproximação das políticas e das organizações aos cidadãos; relação mais estreita entre as organizações das áreas económica e social, promovendo uma visão integrada do concelho e a qualificação das pessoas, como forma de promover a inserção no mercado de trabalho; prevenir situações de risco de exclusão do mercado de trabalho; aumentar as qualificações das pessoas de forma a tornar o concelho competitivo do ponto de vista económico e num contexto inovador do ponto de vista social.

Para o efeito fizeram-se corresponder a este eixo dois sub-objectivos e três projectos:

Sub-objectivo - B.1. Promover uma ligação mais estreita das organizações com as pessoas

Projecto: B.1.1. Gabinetes e fóruns do cidadão

Projecto: B.1.2. Conselho Económico e Social do Concelho

Sub-objectivo - B.2. Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho

Projecto: B.2.1. Formação e Inserção

Relativamente ao projecto B 1.1 - Gabinetes e fóruns do cidadão - e de acordo com os resultados do quadro B1, verifica-se que existia então proposta/projecto semelhante de outra entidade - ADREG -, que não veio contudo a ter continuidade, admite-se que por aspectos internos à entidade, que vieram a 'limitar ' a sua acção. A ADL tinha então em funcionamento um projecto de itinerância com objectivos semelhantes.

No que concerne aos espaços de funcionamento propriamente ditos, optou-se pela possibilidade de virem a funcionar nas Juntas de Freguesia, possibilidade que não chegou a ser explorada com os Srs. Presidentes de Junta uma vez que estes contactos aguardariam o desenrolar do projecto da ADREG. Os fóruns teriam também lugar nesses espaços logo que houvesse ' matéria' / projectos em decurso.

No que respeita à criação das linhas de atendimento telefónico e via Internet, registou-se um esforço para a sua implementação que não se veio a concretizar por várias ordens de razões: disponibilizar um técnico com formação para garantir as duas linhas de atendimento; implementar a logística necessária (base de dados, circuitos de informação com os diversos serviços do concelho etc.); o POSI estava então estagnado.

Em todo o caso há que ter em conta as melhorias que têm vindo a ser introduzidas no site da CMG, permitindo já uma maior proximidade dos munícipes a alguns assuntos e uma maior facilidade no acesso a informação e processos de vária natureza (obras particulares água etc.). A este nível e no âmbito do programa Região Digital Alentejo Litoral, prevê-se que esteja disponível, muito brevemente, o novo site da CMG com melhoria das funcionalidades existentes e com novas funcionalidades.

Inscrito neste mesmo sub - objectivo, o projecto B. 1.2 - Conselho Económico e Social do concelho - e como se verifica no quadro B2, não veio a implementar-se, na medida em que em 2004, foi criado o Conselho Consultivo Municipal. (Vide em anexo, Regulamento e quadro de entidades/personalidades que o integram).

No âmbito do sub-objectivo B 2 - Articular a formação com as necessidades do mercado de trabalho - o Projecto B 2.1 - Formação e Inserção - foi certamente, aquele em que mais trabalho se desenvolveu, com a implementação dos dois projectos que se seguem (veja-se ainda quadro B3):

O Plano Integrado de Formação de Grândola - PIFGRA - integra a caracterização das seguintes vertentes:

- Oferta formativa no concelho;
- Estrutura Local de Emprego;
- Caracterização das empresas;
- Proposta de Plano de Formação a desenvolver por cada uma das entidades formadoras locais.

Projecto 'Grândola em Rede para a Inserção' I.C.EQUAL - Dezembro 2004 / Maio 2005
ACÇÃO 1 - concepção do projecto

ACÇÃO 2 - Maio 2005/Setembro 2007 (Execução). Abrange a grande maioria das acções previstas.

Objectivos:

Impulsionar, sedimentar e potenciar a sustentabilidade de um trabalho em rede entre as empresas e as instituições sociais locais

1. Definir e operacionalizar formas de apadrinhamento das empresas instaladas a outras iniciativas empresariais a criar no concelho
2. Promover actividades conjuntas entre escolas, empresas e outras instituições, para potenciar uma maior articulação entre educação/ formação e inserção
3. Fomentar condições para a criação e manutenção de 10 iniciativas de auto-emprego apoiadas por empresas locais
4. Melhorar as competências dos técnicos e das organizações, no trabalho em parceria nacional e transnacional, nos vários domínios da IC EQUAL

Actividades:

Articulação entre empresas e instituições:

- Reuniões com empresas e instituições locais;
- Workshops com empresas e alunos do ensino secundário;
- Workshops com empresas e novos empreendedores;
- Workshops com alunos sobre igualdade de oportunidades, empowerment e inovação;
- Visitas de alunos a empresas;

Mostra de Actividades - 'Caminhar para a Inovação: da Escola para a Empresa' -

Prémio 'Empresas solidária' (em preparação)

Promoção do empreendedorismo individual:

- Definição dos perfis curriculares de pré-formação e formação para o auto-emprego;
- Pré-formação para selecção de formandos com perfil para o auto-emprego;
- Acção de formação para potenciar competências para a criação do auto-emprego;
- Apoio e acompanhamento dos projectos de investimento a criar pelos formandos

EIXO B - QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS E DAS ORGANIZAÇÕES

Quadro B1

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|---|--|--|
| <p>B.1.1 - Gabinetes e Fóruns do Cidadão</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Aproximar os cidadãos ao poder decisório, envolvendo-os nos projectos delimitados para o concelho - Possibilitar um acompanhamento mais facilitado das pessoas a serviços e equipamentos existentes | <ul style="list-style-type: none"> - ADREG - Proposta de projecto “Centro de Documentação” onde se previa a criação de Gabinetes e Fóruns do cidadão (sem continuidade), por questões inerentes à própria entidade. - ADL - em funcionamento projecto de itinerância com objectivos semelhantes ao anterior - A criação das linhas de atendimento telefónico e via Internet, não se concretizou pelos seguintes motivos: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de técnico com formação na área para garantir o funcionamento das duas linhas de atendimento ✓ Dificuldades na implementação da logística necessária ✓ Projecto sem programa de financiamento - Site da CMG, com melhorias significativas no acesso à informação por parte dos munícipes. Aguarda-se, que ao abrigo do Programa Região Digital Alentejo Litoral, surja o novo Site da CMG, com a optimização das suas funcionalidades. |

Quadro B 2

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|---|--|--|
| B.1.2 - Conselho Económico e Social Consultivo | <ul style="list-style-type: none">- Potenciar uma reflexão colectiva sobre o desenvolvimento do Concelho de Grândola - Incentivar a participação nos processos decisórios | <ul style="list-style-type: none">- Não constituição do Conselho Económico e Social de Grândola, devido ao surgimento de um Conselho Consultivo Municipal de Grândola, assente nos mesmos pressupostos que pretendia o anterior. Deliberada a sua constituição em reunião de Câmara em 28 de Abril de 2004. - São finalidades deste conselho consultivo:<ul style="list-style-type: none">✓ Contribuir para a intervenção dos cidadãos na vida autárquica ✓ Promover um modelo de participação na administração da autarquia |

Quadro B 3

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|---|--|---|
| <p>B.2.1 - Formação e Inserção</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar a inserção dos residentes locais nos projectos económicos em decurso - Melhorar as qualificações da mão-de-obra local - Contribuir para a fixação de jovens no concelho | <ul style="list-style-type: none"> - 27 de Julho de 2004 - Plano Integrado de Formação de Grândola (PIFGRA), financiado pelo Programa Leader+ - 6 de Outubro de 2005 - Relatório Final: - <u>Cursos desenvolvidos por entidades formadoras locais:</u> <p>Direcção Geral de Formação Vocacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 Acções de Informática na óptica do utilizador (40 formandos, activos) ✓ 2 Acções de Higiene e Segurança no Trabalho (37 formandos, activos) ✓ 1 Acção de Inglês (15 formandos, aberto a toda a comunidade, pouca adesão) <p>AEAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Técnicas Decorativas para o pequeno comércio, 13 formandos ✓ Higiene e Segurança no Trabalho, 10 formandos <p>ADL:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Microsoft Access XP (inicial), 15 formandos ✓ Microsoft Excel XP (inicial), 14 formandos ✓ Microsoft Windows XP (introdução à informática), 14 formandos ✓ Internet - utilização avançada, 14 formandos ✓ Microsoft PowerPoint XP, 12 formandos ✓ Relações com os Clientes e Qualidade no Atendimento, 15 formandos |

- ✓ Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, 19 formandos
- ✓ Contabilidade, 11 formandos
- ✓ Redes Informáticas, 11 formandos
- ✓ Web Design, 12 formandos

EPDRG

Duas vertentes do Turismo:

- ✓ Turismo rural
- ✓ Turismo ambiental

Centro de Formação de Santiago do Cacém

- ✓ 6 Acções - Competências Informáticas (perfil básico), 80 formandos
- ✓ Segurança e Higiene no Trabalho (Trabalhador Designado), 16 formandos
- ✓ Inglês (Iniciação), 15 formandos

INESLA

Por motivos de natureza interna (extinção eminente), as acções de formação previstas não ocorreram.

– Relativamente ao público-alvo - activos empregados à que considerar:

- ✓ Apesar da divulgação, imenso tempo a conseguir a adesão do público
- ✓ Da base de dados existente de 400 empresas, apenas metade funcionam
- ✓ A grande maioria dos activos empregados a frequentarem as acções de formação, pertenciam à autarquia (em particular nas acções promovidas pela ADL)
- ✓ Denotou-se pouca adesão de activos empregados de outras entidades empresariais
- ✓ Verificou-se que na grande maioria, os empresários que manifestaram

necessidade de formação do seu pessoal, na altura das acções de formação, não correspondeu.

– Projecto Grândola em Rede para a Inserção I.C.Equal

- ✓ Acção 1 - Concepção do Projecto (Dez. 2004/Maio 2005)
- ✓ Acção 2 - Execução (Maio 2005/Setembro 2007)

- **Produtos /Resultados:**

- ✓ Modelo de Articulação Informal entre Empresas e Instituições Locais - MAI
- ✓ Práticas e procedimentos do MAI
- ✓ Web site do projecto www.grandolaemrede.com.pt
- ✓ Guia do Consultor /Empreendedor e Guia do Empreendedor
- ✓ Narrativas de (In) Sucesso na Criação do Auto-emprego e Recurso

Técnico Pedagógico

Empreendedores e Empresas

| Nome | Projecto/Empresa |
|-----------|---|
| Anabela | Agricultura biológica |
| Cármén | CEP Construções - Constrói o Futuro com o Passado |
| Elsa | Restaurante Tradicional - Cervejaria Popular |
| Leonel | Centro Tisana - Restaurante Vegetariano, Loja d produtos Naturais e Clínica de medicinas Alternativas |
| Alexandre | Panificadora (pão tradicional alentejano) |
| Luísa | Centro de explicações e ocupação de tempos livres |

– Transnacionalidade:

Parceiros: Iniciativas Socioeconómicas de Jarama (ISE jarama) Espanha; Secretário 'Aktív Muhely' - Hungria; Te.Se.O (Terzo Settore Oligastra) Itália

| | | |
|--|--|---|
| | | <p>'Grândola em Rede para a Inserção' - Portugal Projecto equalSET (Social Economy Team)</p> <p>Produto/ Resultados:</p> <ul style="list-style-type: none">✓ Experiências equalSET - Ferramentas para a Integração laboral e economia Social✓ Criação do site www.equalset.org✓ Visitas bilaterais: conhecimento das políticas públicas e metodologias de formação e Inserção profissional de pessoas portadoras de deficiência mental Portugal recebeu 3 técnicos húngaros; Hungria recebeu 2 técnicos portugueses (1 dos quais da Cercigrândola) |
|--|--|---|

3.3 - Eixo C - Aumento e Melhoria dos Recursos e Equipamentos de Apoio Social

Neste eixo, a aposta recaiu essencialmente na possibilidade de melhorar a prestação dos serviços existentes e à criação de novos serviços que complementem e/ou melhorem a actual oferta.

A actuação orientou-se em duas dimensões específicas: uma relativa à melhoria do sistema de protecção social local, direccionada, em particular, para os idosos e/ou dependentes, e uma outra dirigida aos jovens, centrada na animação e ocupação.

Para este eixo foram criados dois sub-objectivos a que correspondem três projectos distintos.

Sub-objectivo - C.1. Criar condições de suporte à prestação de cuidados e potenciação de respostas programadas para a população idosa, dependente ou portadora de deficiência

Projecto: C.1.1. Intervenção articulada à população idosa ou dependente

Projecto: C.1.2. Novos serviços de protecção social

Sub-objectivo - C.2.1. Conviver para crescer

O projecto C.1.1 terá sido aquele em que mais entidades se envolveram quer na concepção do projecto propriamente dito quer nas várias candidaturas a programas de financiamento que se efectuaram (veja-se quadro C1).

Inscrito neste mesmo sub-objectivo, o projecto C.1.2 foi eventualmente o mais 'ambicioso' em termos de execução, uma vez que estava dependente de financiamentos de algum 'vulto' que não foi possível obter para todas as propostas. Contudo, há que ter em conta os resultados alcançados (veja-se quadro C2) que devem considerar-se bastante positivos tendo em conta a natureza e exigências, em particular, financeiras, das propostas inscritas.

A implementação do projecto *Conviver para crescer* - já enquadrado no sub-objectivo C 2 -, teve início com a criação de uma equipa multidisciplinar em Grândola, por se ter entendido que para arranque do projecto a criação desta equipa em Grândola permitiria abranger um maior número de jovens, já que durante o período lectivo e a partir do segundo ciclo, se concentram na vila onde estão sedeadas as escolas dos segundos e terceiros ciclos.

Pese embora as condições estivessem aparentemente criadas para que, enquanto espaço de atendimento e aconselhamento, pudesse funcionar, o facto é que o mesmo não teve procura por parte dos jovens. Os fracos resultados obtidos (veja-se quadro C3) poderão ter dependido de alguns factores identificados pela equipa: *i*) divulgação pouco eficaz junto dos jovens; *ii*) estratégias de aproximação aos jovens e à comunidade educativa ineficazes (envolvimento insuficiente das escolas); *iii*) a necessidade de um espaço desta natureza não, é muito provavelmente, identificada pelos jovens, ou não têm ainda consciência dessa necessidade.

EIXO C - AUMENTO E MELHORIA DOS RECURSOS E EQUIPAMENTOS DE APOIO SOCIAL

Quadro C 1

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|--|---|--|
| <p>C.1.1 - Intervenção articulada à população idosa e/ou dependente</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Criar condições e um ambiente de segurança à população idosa e/ou dependente do concelho - Qualificar pessoal que presta cuidados à população idosa ou dependente - Contribuir para a melhoria das condições de habitabilidade da população idosa e ou dependente | <ul style="list-style-type: none"> - Dinamização do núcleo de idosos em segurança (NIS) - Elaborado um levantamento das condições de habitabilidade, de vida e rede sociais dos residentes em locais isolados do concelho, bem como a identificação dos idosos isolados - Iniciou-se o levantamento das necessidades de formação - A ADL elaborou candidaturas no âmbito do PROGRID "Projecto Intervir", e POEFDS "Projecto Passo a Passo", as quais não se concretizaram por falta de dotação financeira - Em 2006 foram aprovadas algumas acções previstas no projecto Passo a Passo, nomeadamente "A Rede de Ajuda Voluntária, que em Grândola, não teve adesão quer por parte das instituições/entidades quer por parte dos potenciais voluntários - Em Canal Caveira decorrem várias acções com os objectivos de: promover a participação social, a cidadania e a dinamização comunitária, promover a qualificação, o emprego e a inclusão social da população, desenvolver competências nos vários agentes sociais económicos interventores nas realidades locais - Implementação de dois equipamentos "Centro Comunitário dos Cadoços e Canal Caveira" ao abrigo do Programa Viver Solidário cuja entidade promotora e gestora é o Município de Grândola |

Quadro C 2

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|--|---|---|
| <p>C.1.2 - Novos serviços de protecção social</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Potenciar respostas programadas - Criar respostas sociais integradas | <ul style="list-style-type: none"> - Funcionamento do Lar de Idosos em Melides desde 2004 - Funcionamento de Centro de Dia e Apoio Domiciliário em Santa Margarida da Serra em equipamento construído pela CMG. Actualmente não faz sentido avançar com projecto para novo Centro de Dia, uma vez que se assiste a uma diminuição da população. - No que se refere à Residência de Idosos no Lousal, chegou-se à conclusão depois de ser sujeita a avaliação dos técnicos da Segurança Social, que não tem as dimensões e organização de espaço para residência. Tal como está, apenas dará resposta a Centro Alojamento Temporário. Foi feita actualização do estudo económico para acordo atípico, a ser incluindo em orçamento programa o qual aguarda resposta - No âmbito do Programa Pares apresentadas duas candidaturas: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 1ª Fase - Lar Residencial para Deficientes da Cercigrândola (aprovada) ✓ 2ª Fase - Centro Comunitário do Carvalhal (aguarda parecer do Gabinete de Gestão) - O projecto “Uma Vida Inteira” sofreu reformulação, actualmente denomina-se programa “Viver Solidário”. Ao seu abrigo criaram-se os Centros Comunitários em Cadoços e Canal Caveira, com uma dinâmica mais acentuada no primeiro. |

| | | |
|--|--|--|
| | | <ul style="list-style-type: none">- No âmbito do projecto “Passo a Passo” a implementação da acção de Voluntariado designado “A Rede de Ajuda Voluntária” levado a cabo pela ADL, não teve adesão em Grândola. No entanto o Centro de Saúde de Grândola tem um serviço de voluntariado a funcionar. - Serviço de Apoio Domiciliário Integrado a 7 dias/semana: Casa do Povo de Azinheira dos Barros, Casa do Povo Melides; AISGRA - A Santa Casa da Misericórdia de Grândola aguarda a resolução da questão relacionada com o terreno, para assim avançar com a construção de um Lar para grandes dependentes. |
|--|--|--|

Quadro C 3

| PROJECTO | OBJECTIVOS | RESULTADOS |
|--------------------------------------|---|--|
| <p>C.2.1 - Conviver para Crescer</p> | <ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar o acesso generalizado das crianças e jovens à rede de actividades de lazer e ocupação a criar - Prevenir situações de risco na infância e juventude | <p>- Implementado um espaço de atendimento/aconselhamento para os jovens na área da prevenção no âmbito do projecto AJIR. Espaço esse, externo à escola.</p> <p>Existia uma parceria efectiva de várias entidades: CMG, Centro de Saúde, EB 2,3, ESAIC, EPADR, Cercigrândola e CPCJ, constituindo assim uma equipa multidisciplinar.</p> <p>Não obstante a necessidade da criação de um espaço desta natureza, o que é facto, é que não se verificou adesão por parte dos jovens a este espaço. O insucesso deste projecto deve-se a:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Uma realidade com necessidades, mais sentidas pelos técnicos do terreno do que pelos jovens ✓ As estratégias de aproximação aos jovens não foram as mais eficazes ✓ O pouco envolvimento das escolas <p>- Não foram aprovadas as seguintes candidaturas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Em Setembro de 2004, Programa Escolhas 2ª Geração (Casa do Povo de Azinheira dos Barros) ✓ Em Setembro de 2004, Programa Escolhas 2ª Geração (Colectividade Sócio-Cultural Barrense) ✓ Em Maio 2005, Programa Ser Criança “Projecto - Acções Educativas Integradas” (entidade promotora CMG, entidade executora AISGRA) ✓ Em Setembro de 2006, Programa Escolhas (ADL) |

Nota Final

Nesta parte final do trabalho, dada a opção de se apresentar no início as Principais Conclusões, resultaria certamente redundante a repetição das mesmas. Por isso, oferece apenas reforçar que a actuação levada a cabo no âmbito da Rede, com base nos eixos propostos no PDS, insere-se desde logo num processo de planeamento estratégico de âmbito concelhio, indiscutivelmente vocacionado para a implementação de formas de intervenção integradas.

Daí a diversidade de âmbito de cada eixo que, no seu conjunto, resulta num investimento diversificado, favorecedor da multiplicidade nas intervenções levadas a cabo. Ou seja, o enfoque recai, não só sobre a valorização dos recursos humanos, das pessoas e das organizações (Eixo B), mas também sobre melhoria da mobilidade e o reforço da identidade das populações (Eixo A), assim como sobre a melhoria da prestação dos serviços existentes e a criação de novos serviços (Eixo C).

Portanto, em jeito de remate pode conclui-se que, muito embora os inevitáveis impedimentos e as incontornáveis carências financeiras, os projectos levados a cabo cumpriram esse papel de intervenção integrada no território e, certamente, contribuíram para a melhoria de vida das populações.

Anexos

- Grelha de avaliação (suporte utilizado nos fóruns de avaliação por grupos de projecto)

PDS - Grelha de Avaliação

Eixo:
Sub-Objectivo:
Projecto:
Promotores:
Financiamento:

Objectivos:

Acções:

ESTADO DA ACÇÃO

| Constrangimentos | Aspectos Positivos | Resultados | |
|------------------|--------------------|------------|---------|
| | | Esperados | Obtidos |
| | | | |

Observações

